

A IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS SOBRE ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE

Lucas Melgaço da Silva ¹
Maria Isabel Filgueiras Lima Cisca ²

RESUMO

No contexto da legislação brasileira, a educação abrange processos formativos que se desenvolvem nos diversos setores da sociedade, sendo dever do Estado e da família e possui a finalidade de abranger a garantia do desenvolvimento integral daqueles que dela precisam, assegurando o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dito isso, o texto ora proposto discute o contexto histórico da organização, estrutura e funcionamento educacional brasileiro e busca identificar as mudanças ocorridas no decorrer do tempo, que contribuem e são necessárias à construção a formação e atuação do docente. Ademais, trata da importância da aquisição do conhecimento sobre esse assunto por parte dos profissionais para inserção no mercado de trabalho, entendimento e construção da própria prática pedagógica. Como metodologia, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. Para isso, buscou fundamentos em documentos oficiais e ideias de autores, tais como: Brasil (1988 e 1996), Fernandes (2014), Fonseca (2012), Saviani (1987 e 1999). O resultado reafirmar a importância das mudanças ocorridas na trajetória da educação brasileira. Ainda, pontua a necessidade do investimento na formação e no desenvolvimento profissional docente para a inserção no mercado de trabalho e o progresso educacional.

Palavras-chave: Educação, Organização, Histórico, Formação e atuação docente.

INTRODUÇÃO

A educação, dever da família e do Estado, se estrutura em níveis de escolaridade, a saber: Educação infantil, compreendendo a creche (0 a 3 anos de idade) e pré-escola (4 e 5 anos de idade); Ensino fundamental I (do 1º ao 5º ano); Ensino fundamental II (6º ao 9º ano); Ensino médio (1º ao 3º ano) e Ensino superior (graduação e pós-graduação).

Para entendermos essa organização, precisamos nos reportar ao histórico educacional do Brasil, que possui suas raízes no período colonial, sob as influências europeias, sobretudo

¹ Graduado em Pedagogia, Mestre e Doutorando em Educação Brasileira, Linha de Avaliação Educacional, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor do Sistema Público Municipal de Maracanaú e da Faculdade Millenium/Fortaleza, lucasmelgaco@alu.ufc.br .

² Professor orientador: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1988) com habilitação em administração escolar, Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1997) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará -UFC (2003). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Ceará – UFC, isabelfil@uol.com.br.

portugueses e espanhóis, que por meio da igreja utilizavam-se do ensino religioso para catequizar e instruir os povos que aqui habitavam.

Neste trabalho, temos a intenção de abordar um breve contexto histórico da organização, estrutura e funcionamento educacional brasileiro, de modo a identificar e perceber as mudanças ocorridas no decorrer do tempo, que contribuem e são necessárias à construção a formação e atuação do docente.

Ademais, mostrar a importância da aquisição do conhecimento sobre esse assunto pelos profissionais para inserção no mercado de trabalho, entendimento e construção da própria prática pedagógica, e justificando-se pela necessidade de contribuição de aportes empíricos e teóricos para produção de pesquisa científicas no país.

O interesse no estudo dessa temática surgiu por meio da participação na Disciplina de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal do Ceará (UFC), por ocasião do Estágio em Docência do Ensino Superior, do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira dessa mesma instituição.

A metodologia possui caráter qualitativo e se desenvolveu por meio da pesquisa bibliográfica e análise documental.

Iniciaremos a discussão com o histórico da educação brasileira; a importância desse conhecimento, principalmente no que diz respeito a estrutura e funcionamento da educação, para a formação, construção da prática pedagógica e inserção no mercado de trabalho; pontuaremos os resultados e considerações.

Com esse trabalho, podemos afirmar que os conhecimentos teóricos e práticos sobre a organização da educação brasileira, contribuem e orientam os profissionais dessa área adquirir compreensão teórico-crítica sobre os sistemas de ensino e, com isso, assumir um papel ativo e colaborativo na transformação social.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa tem abordagem qualitativa, com dois procedimentos técnicos de coleta de dados, a saber: o estudo bibliográfico e análise documental.

A natureza qualitativa da pesquisa apresenta-se com o objetivo de dar significado e importância a um determinado conhecimento ou fenômeno social, por meio de sua aplicabilidade. Deste modo, diminui-se a distância entre o teórico e o prático, facilitando a

compreensão de conceitos subjetivos (MAANEN, 1979 *in* NEVES, 1996). É relevante ressaltar que essa natureza de pesquisa

[...] é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados. Isso inclui o desenvolvimento de descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e finalmente, fazer uma interpretação ou tirar conclusões sobre seu significado, pessoal e teoricamente, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem feitas. (ROSSMAN; RALLIS, 1998; WOLCOTT, 1994 *apud* CRESWELL 2007, p. 186)

A pesquisa bibliográfica viabilizou a construção fundamentação teórica. Considerando Oliveira (2007, p. 69), vale-se de “estudo direto em fontes científicas”. Ainda, possui como principal objetivo “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 183), sendo de essencial importância ao pesquisador no “reforço paralelo nas análises de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”. (TRUJILLO, 1974, p.230 *apud* MARCONI E LAKATOS, 2003, p.183)

Já a pesquisa documental utilizada para além do arcabouço teórico, foi fundamental no fortalecimento da hipótese apresentada – mesmo que de forma implícita – e discutida no decorrer do texto: a importância do professor conhecer a organização, estrutura e funcionamento da educação para sua inserção no mercado de trabalho e aperfeiçoamento da prática pedagógica. Logo, fizemos uma busca em arquivos de provas utilizadas em seleções e concursos públicos da área educacional, para pontuarmos questões que estivessem relacionadas aos temas organização, estrutura e funcionamento da educação, abordados nesse estudo como sendo necessários à formação docente.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 174), esse tipo de pesquisa se caracteriza pelas fontes da coleta de informações restringirem-se a documentos, escritos ou não, estabelecendo a ideia de fontes primárias. Segundo as autoras, podemos entender como exemplos desse caso documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas (censos), documentos de arquivos privados, cartas, contratos, entre outros. (p.175)

DESENVOLVIMENTO

Breve histórico da educação brasileira

Os primeiros resquícios da instrução educacional no Brasil se deu de forma catequética, no início de seu descobrimento, por ocasião da chegada dos europeus e, com eles, os jesuítas da Companhia de Jesus.

Inicialmente, esse grupo tinha o objetivo de catequizar e educar os índios, assim, construíram escolas, colégios e seminários por várias regiões do território brasileiro. Depois de um certo período, o foco foi desviado e o objetivo instrucional é transferido apenas aos filhos dos providos de riquezas e aqueles que pretendiam seguir a carreira religiosa.

Vale salientar que, além da existências de índios e brancos na colônia, haviam também os negros, no entanto, eram tratados somente como escravos e como mercadoria de venda e troca. (BARBOSA, 2012). Ante esses acontecimentos, considera-se que a história da educação brasileira começa a partir da chegada da Companhia, no ano de 1549.

Esse contexto de educação baseada na cultura religiosa, assumida pela sociedade civil foi, por muitos anos, predominante no território nacional. Era uma educação que atendia apenas aos interesses masculinos e das classes dominantes, deixando a maior parcela da população restritas às atividades agrícolas e latifundiárias.

Ao considerarmos a instrução feminina, esta era delimitada apenas às atividades domésticas de cuidar do lar, das crianças e do marido. Somente em período posterior, por meio da lei de 15 de outubro, ano de 1827, já no contexto da Reforma Pombalina e compreendido como Aulas Régias (ver na sequência), é que são criadas classes femininas (BARBOSA, 2012).

Com a soberania e influência da igreja na educação nacional, observou-se a constante perda de território por parte do Estado. Logo, se viu a necessidade de acabar com as atividades realizadas pelos jesuítas, o que ocasionou a expulsão dos mesmos e, conseqüentemente, o fim do contexto educacional até então implantado.

Após, ocorreu a implantação do que ficou conhecido como Aulas Régias, que se caracterizou como a primeira forma de educação no Brasil regida por sistema público de ensino. As aulas possuíam cunho humanitário, eram proferidas por professores nomeados pelo rei e o funcionamento era nas casas dos mesmo, de forma isolada, sem nenhuma conexão com outras áreas do conhecimento.

Mesmo com essa mudança, segundo Fonseca (2006), basicamente não houveram transformações reais e significativas na educação brasileira. A oferta do ensino não chegou as classes desfavorecidas, continuando restrito às elites locais.

Em confluência, muitos teóricos e críticos afirmam que esse período foi de regressão na história da instrução escolar no Brasil, compreendendo quase um século de completo abandono.

Como as Aulas Régias surgiram em decorrência das Reformas Pombalinas, o Estado passou, teoricamente, a assumir a responsabilidade da instrução educacional. Todavia, desde essa ocasião, foram observados descasos em relação a essa responsabilidade, passando, o mesmo, a ter interferências efetivas somente a partir da década de 1900. (FERNANDES, 2014, p.32)

Mesmo com todas essas alterações, a educação tendo sua organização como referência, desde a gestão até os métodos educacionais e os níveis de ensino, só veio ser realidade ao final do século XIX e começo do século XX. Período esse que aconteciam diversas mudanças governamentais por consequência da instauração da república e as transformações em decorrência da implantação e modernização industrial. O que requeria mais e melhor instrução por parte da sociedade.

Esse processo de organização se intensificou por ocasião do surgimento do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, por volta de 1930, que defendia e alertava para a necessidade de existência de um plano de educação que fosse dever do Estado, laica, pública, obrigatória, de qualidade, que fosse comum a todos os cidadãos, independentemente de suas orientações ou classes sociais.

Vale ressaltar que, até então, no Brasil não existia um sistema de ensino definido e com o ideário que surgia, abriam-se espaços para questionamentos a respeito dessa questão. Segundo Saviani (1999, p.125),

Pela leitura global do “Manifesto” pode-se perceber que a idéia de plano de educação se aproxima, aí, da idéia de sistema educacional, isto é, a organização lógica, coerente e eficaz do conjunto das atividades educativas levadas a efeito numa sociedade determinada ou, mais especificamente, num determinado país. (Sic)

Podemos observar algumas perspectivas no que diz respeito a concretização da implantação de um plano educacional para o país, corroborando, conseqüentemente, para a implantação de um sistema nacional de ensino, todavia, o próprio Saviani expôs hipóteses que poderiam explicar a ausência deste. Segundo ele, a constituição da sociedade de classes torna difícil a práxis coletiva, além disso, a existência de diversos grupos e as influências culturais de outros países, acabam gerando entraves aos objetivos educacionais. (1987)

Mesmo com esse contexto de efervescência vivenciado no país pelas ideias dos intelectuais da educação por ocasião do “Manifesto”, poucas coisas foram concretamente efetivadas. Somente a partir da promulgação da Constituição de 1988, e posteriormente com lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, é que observa-se no art. 8º que há uma relação entre os sistemas de ensino, considerando uma articulação da União para a efetivação de um sistema nacional de educação:

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. (BRASIL, 1996)

Em tese, podemos perceber que, embora os estudos, discussões e mudanças suscitadas para a qualidade da educação brasileira nos mais diversos níveis, com os países da Europa consolidados como berço das universidades, as quais se solidificaram na oferta do ensino superior nas áreas de ciências exatas, tecnológicas, médicas e humanas, o contexto nacional poderia ser facilmente relacionado ao que Platão chamava de “mundo das ideias”, ou seja, ideias eternas e imutáveis que não conseguem se efetivar ou sair do papel para poderem contribuir com a promoção da melhoria do ensino, nem mesmo o básico.

O docente e a importância de conhecer a organização e funcionamento da educação

Consoante a LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996). Sendo a educação um dever do Estado e da família, entendemos que sua finalidade deve abranger tanto a garantia do desenvolvimento integral do educando, como também assegurar seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com base nessas afirmações, para o profissional docente em formação para o trabalho torna-se, não somente importante, mas necessário, os conhecimentos acerca da organização do sistema educacional, bem como a estrutura administrativa e funcional do ensino e suas modalidades.

Nos cursos de licenciaturas, as Disciplinas de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica figuram como essenciais para a aquisição desses conteúdos, uma vez que são

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

compreendidos conhecimentos acerca da educação em seu contexto social, econômico, político e histórico nacional.

Na maioria das vezes, os conteúdos programáticos abrangem conceitos de redes e organizações escolares, programas, projetos e gestão, esclarecendo a existência de vários outros sistemas na sociedade que se articulam e se relacionam, influenciando e sendo influenciado pelo contexto educacional.

Ademais, aborda a compreensão da educação escolar e não escolar, da evolução histórica dessa área de conhecimento, da legislação, da estrutura administrativa e formação de professores, de modo a permitir não somente o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo perante a sociedade, mas a possibilidade de contribuir para a formação profissional da prática pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além do que já pontuamos sobre a importância da aquisição dos conhecimentos aqui tratados, constantemente percebemos a presença de questões em provas de seleções públicas e concursos abordando assuntos da área educacional.

Nesse momento, atendendo aos objetivos desse texto, exemplificaremos a importância do conhecimento e entendimento de como se estrutura e funciona a educação em nosso país, para a inserção do profissional dessa área no contexto de sua carreira docente. Organizamos um quadro que mostra, de forma resumida, conteúdos relacionados aos assuntos aqui discutido e que são cobrados como critérios de seleções públicas, principalmente. Observemos abaixo.

Quadro 1: questões sobre assuntos sobre a organização, estrutura e funcionamento da educação, observadas em concursos e seleções públicas.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA Concurso Público – Prof. de Educ. Básica 3 – Química Edital nº 001/2017	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS Processo Seletivo – de Supervisor Escolar Edital 004/2018
<p>11. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Sobre ele, pode-se afirmar que:</p> <p>I. é definido por meio da média dos alunos na Prova Brasil.</p> <p>II. é calculado para duas etapas: anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.</p> <p>III. a aprovação é medida através dos dados do Censo Escolar.</p> <p>IV. os dados são processados pelo Inep, que divulga o Ideb a cada dois anos.</p> <p>Está correto apenas o que se afirma em:</p>	<p>3. As avaliações em larga escala são externas às instituições escolares avaliadas e abrangem todo o sistema de ensino, ou seja, todas as escolas deste sistema que atendam aos requisitos mínimos de participação. São planejadas e executadas por agentes externos às escolas.</p> <p>Qual órgão, no Brasil, é responsável pela execução das principais avaliações em larga escala?</p> <p>a. O MEC, Ministério da Educação, órgão mais importante do governo federal.</p> <p>b. A OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.</p>

<p>A) I e II. B) III. C) I, III e IV. D) I e IV. E) I, II e III.</p>	<p>c. O INEP, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. d. O PISA, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. e. A SENADE, Secretaria Nacional de Avaliação do Desempenho de Estudantes.</p>
<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI Concurso Público – Técnico-Adm. em Educação Edital nº 024/2014</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA-MT Processo Seletivo Simplificado – Professor Edital nº 002/2017</p>
<p>12. Em relação à composição dos níveis escolares, a educação compõe-se de: A) educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior. B) Educação básica (formada pelo ensino fundamental e ensino médio) e ensino de graduação. C) educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. D) ensino médio, ensino de graduação e pós-graduação. E) ensino médio e ensino de graduação.</p>	<p>29) Os sistemas de ensino devem regulamentar a gestão democrática por meio de dois instrumentos fundamentais. EXCETO: a) regimento escolar com a colaboração dos conselhos municipais de educação. b) projeto político-pedagógico da escola, elaborado por seus profissionais da educação. c) conselhos escolares que incluam membros da comunidade escolar e local. d) Nenhuma das alternativas.</p>
<p>PREFEITURA MUNIC. DE MONTE ALEGRE - PI Concurso Público de nível superior – Professor Edital nº 001/2018</p>	<p>PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS DO TRAIRI E AGRESTE POTIGUAR Concurso Público – Auxiliar de Professor Edital nº 001/2018</p>
<p>20) Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, avanço em termos de garantia do direito à educação básica no Brasil, assinale a alternativa correta: a) A Lei instituiu um Fundo único, de natureza contábil, que integra Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado, exclusivamente, à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. b) Não será admitida, em hipótese nenhuma, a distribuição dos recursos, previstos no Fundo, às www.pciconcursos.com.br instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. c) Para os fins da distribuição dos recursos de que trata a Lei, serão consideradas exclusivamente as matrículas presenciais efetivas, conforme os dados apurados no censo escolar mais atualizado, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, considerando as ponderações aplicáveis. d) Para a distribuição e recursos do Fundo, serão consideradas, para a educação especial, exclusivamente, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares.</p>	<p>24. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, reafirma o direito à educação, preconizado na Carta Constitucional de 1988. Em seu Artigo 3º, apresenta os princípios que fundamentam a organização do ensino em nosso país. Com base na LDB, o ensino será ministrado com base nos princípios, exceto: A) Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas de acordo com diretrizes da gestão. B) Igualdade de condições para o acesso e permanência e êxito na escola. C) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. D) Valorização do profissional da educação escolar.</p>
<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI Concurso Público – Técnico-Adm. em Educação Edital nº 024/2014</p>	<p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO Concurso Público – Analista Judiciário - APJ Pedagogo Janeiro/2012</p>
<p>13. O PNE (Lei nº 10.172/2001) estabelece que as universidades públicas têm um importante papel a desempenhar no sistema, seja na pesquisa básica e na pós-graduação stricto sensu, seja como padrão de referência no ensino de graduação. Além disso, cabe-lhe: A) ofertar a formação de qualidade para os docentes da educação básica e do ensino superior, que atuam, com exclusividade, em instituições públicas. B) cumprir o que estabelece o artigo 65 da LDB 9394/96, formando em nível de mestrado e doutorado os docentes que atuam na educação básica e no ensino superior. C) cumprir com o que estabelece o § 2º do artigo 62-A da LDB sobre a atuação dos docentes na administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional na educação básica. D) qualificar os docentes que atuam na educação básica e os</p>	<p>38. Cláudia, moradora de um bairro periférico de Recife, tem um filho de 7 anos e já está a mais de um ano procurando uma escola para matriculá-lo. Ao tentar fazer a inscrição de seu filho, na única escola perto de sua residência, foi informada pela diretora de que não havia mais vagas naquela unidade e, portanto, a mãe deveria esperar mais um ano para tentar realizar novamente a inscrição. De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para conseguir realizar a matrícula de seu filho Cláudia deve (A) esperar mais um ano para tentar conseguir uma vaga na única escola, perto de sua residência, pois assim não gastaria com o transporte público para seu filho chegar à escola. (B) acionar o Conselho Tutelar de seu bairro, pois esta instituição é responsável pelo gerenciamento das vagas e bem-estar das crianças e adolescentes da região.</p>

docentes da educação superior que atuam em instituições públicas e privadas, para que se atinjam as metas previstas na LDB quanto à titulação docente.

E) qualificar o professor da educação infantil e do ensino fundamental, proporcionando-lhe, após a graduação, o ingresso automático em cursos de pós-graduação (nível de mestrado), garantindo assim o cumprimento da meta prevista na LDB, de até o ano de 2021 (ano que marca o fim da Década da Educação), 70% (setenta por cento) dos docentes terem obtido a titulação de Mestre.

(C) procurar vaga em outra escola, pois é direito da criança e dever da família garantir a matrícula e a permanência das crianças no Ensino Fundamental.

(D) conversar com a diretora e tentar convencê-la da importância da vaga para seu filho e justificar por meio de comprovantes de renda e residência sua prioridade para obtenção da vaga.

(E) encaminhar a demanda para o Ministério Público, pois é um dever do estado garantir vaga para o Ensino Fundamental em escolas próximas às residências dos alunos.

Fonte: organização do autor, com o uso de questões de seleções e concursos disponíveis em domínio público.

Considerando uma análise geral, são temas que envolvem a evolução histórica da educação brasileira – no nível infantil, fundamental, médio e superior – em seus contextos sociais, econômicos e políticos; a globalização, ante a interculturalidade, o multiculturalismo e a contemporaneidade; discussões em torno dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's); a transversalidade na orientação curricular nacional; e as avaliações internas e externas em larga escala, considerando os sistema de ensino, tais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além dos indicadores da qualidade educacional, derivados dessas avaliações, dentre eles o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é o principal responsável por indicar como está a educação no país e orientar as políticas públicas de melhoria do ensino e aprendizagem.

Além do elencado, pudemos constatar que temas mais pontuais, tais como: reformas, leis e políticas educacionais, gestão, sistemas de avaliação, financiamento, níveis e modalidades da educação são os mais recorrentes.

Isso mostra que os conhecimentos teóricos práticos ora pontuados, são indispensáveis, antes e durante a ação educativa. Contribuem e orientam os profissionais na aquisição e compreensão teórico-crítica sobre os sistemas de ensino, propiciando uma postura ativa e colaborativo na transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores são seres essenciais nos processos de mudança da sociedade, nesse sentido, investir na formação e no desenvolvimento profissional é tão necessário quanto importante.

A escola, de modo geral, deve ser um espaço democrático e construtivo que promova a educação de crianças, jovens e adultos, de forma a proporcionar seu desenvolvimento

humano, cultural, científico e tecnológico, para aquisição das condições necessárias à assumir postura crítica, reflexiva e participativa dentro da sociedade.

Isso só é possível, inicialmente, por intermédio de docentes bem formados e conhecedores do conhecimento histórico e atual do meio profissional ao qual está inserido. Para tanto, sua formação deve ser sólida e contemplar os conhecimentos sobre a organização, estrutura e funcionamentos dos sistemas de ensino de forma abrangente, assumindo papel ativo e colaborativo na transformação social.

Com esse texto, pudemos discorrer sobre algumas mudanças que aconteceram na trajetória da educação brasileira e que foram importantes para o seu progresso. Temos ciência de ser apenas um pequeno recorte de mais de 500 anos de história, todavia, que contribui para esclarecer a importância do conhecimento docente, esclarecer alguns fatos, fundamentar ou problematizar futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Priscila Maria Romero. **Breve relato da história da educação excludente:** do início da colonização aos dias de hoje em nosso país. Revista Educação Pública. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2012. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0337.html>> Acesso em janeiro de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em abril de 2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional, Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em abril de 2018.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERNANDES, Maria Estrêla Araújo. **O Curso de Pedagogia da UFC:** Uma resenha histórica (1963-1990). Fortaleza: Edições UFC, 2014.

FONSECA, Maria Sônia. **Aulas Régias.** Campinas, SP: Graf. FE: Revista HISTEDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_aulas_regias.htm>. Acesso em janeiro de 2015.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa** - Características, usos e possibilidades. Cadernos de pesquisas em administração: São Paulo, V.1, N°. 3, 2° SEM, 1996 In MAANEN, Jonh Van. **Reclaiming qualitative and quantitative methods for organizational research: a preface**, In *Administrative Science Quarterly*, vol. 24, N°. 4, Dezembro, 1979, p. 520-526. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em janeiro de 2015.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 4° ed. Campinas: 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Sistemas de ensino e planos de educação**: O âmbito dos municípios. Revista Educação e Sociedade, ano XX, n° 69: Scielo, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n69/a06v2069>>. Acesso em janeiro de 2015.